

# Impasse do bom senso

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

31 JUL 1968  
ave P4

O momento político brasileiro não é bom. A não conjugação dos estilos diversos dos Presidentes Sarney e Ulysses Guimarães, desconectados da realidade mundial, levou o País à maior inflação de sua História e à instabilidade econômica e social jamais vista pelos brasileiros.

A evidência, tanto o Presidente da República quanto o Presidente do Parlamento, com poderes constituintes derivados, são homens dignos. Esforçados. Fizeram História. Prestaram relevantes serviços à Nação.

Sem o Dr. Ulysses Guimarães não haveria a resistência parlamentar na década de 70, em que sua estóica candidatura à Presidência, em eleições indiretas dirigidas, transformou-se nos pulmões da democracia para os brasileiros, ansiosos por mais liberdade. O processo de abertura muito se deveu a sua persistência e coragem.

Sem o Dr. Sarney, não haveria a candidatura Tancredo Neves. Sem sua ousadia em deixar o partido que presidira, por discordar do candidato então lançado, não se criaria a densidade eleitoral que levou à vitória o maior estadista do Brasil nesta década.

Os dois foram elementos essenciais para que se voltasse a falar em democracia e se voltasse a acreditar em novos dias.

Infelizmente, no Poder fracassaram ambos.

O Dr. Ulysses impôs dois Ministros da Fazenda que descompassaram, por inteiro, a economia brasileira. Graças a sua decisiva interferência, o País vive hoje a maior crise de seus cinco séculos.

O Dr. Sarney nunca chegou a assumir a Presidência da República, aprisionado que foi pelas exigências do maior partido do Ocidente, que não governou e que o impediu de governar.

E graças à junção da inapetência dirigente de um e da incompetência indicativa de outro, a crise criada ultrapassou todos os limites, perspectivas e prognósticos.

E, hoje, a Nação já vive a hiperinflação, a estagnação econômica, a proliferação de greves e descontentamentos sociais, a descrença e o desestímulo ao trabalho, à poupança e ao investimento.

Neste quadro é que se insere o dramático apelo presidencial de segunda-feira. Lamento que apenas agora tenha visto aquilo que já inúmeros juristas do porte de Miguel Reale, Geraldo de Camargo Vidal, Celso Ribeiro Bastos, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Tércio Ferraz Sampaio Junior, Aires Fernandino Barretos e Hamilton Dias de Souza, e economistas como Roberto Campos, Carlos Langoni, Celso Martone, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo, Julian Chacel, Marcelo Solimeo, Delfim Netto apresentaram, no que eu acompanhava, talvez há mais tem-

po, mas com menor brilho, sem ter os dados que o próprio Governo possui.

A União terá pela nova Constituição maiores atribuições e menores receitas. E, com as receitas e atribuições atuais, a União mantém um desconfortável déficit público no seu conceito nominal de 30 % do PIB.

Os Constituintes ofereceram benesses admiráveis, mas não cuidaram das fontes de receitas. Transferiram receitas federais, mas não transferiram atribuições. Criaram novos tributos, aumentaram o nível das contribuições sociais, tornaram o Poder Judiciário federal maior, o Poder Legislativo federal maior, a intervenção no domínio econômico maior, as áreas de monopólio e de reservas de mercado maiores, lançaram seus preconceitos contra a empresa privada, tolerada, se nacional, e discriminada, se estrangeira. Não disseram, todavia, como uma economia em crise, estagnada e inflacionada, poderia gerar as receitas para cobrir sua prodigalidade.

Quando principiou a fazer as contas — que as pessoas de bom senso no Brasil já tinham feito — o Dr. Sarney percebeu que o Estado ficaria maior, o setor produtivo menor e que apenas com o brutal aumento da carga tributária, com o aumento dos juros e com a emissão de moeda, poderia cobrir as dívidas dos Constituintes, que não tiveram a coragem de dizer de onde tirá-las, sem gerar o desestímulo à produção, ao investimento, à poupança e ao trabalho.

Com intuição parlamentar, fez o Dr. Sarney um apelo a seus ex-colegas, mas o fez em inoportuno momento. Deveria ter feito antes. Muito antes.

Por outro lado, o Dr. Ulysses, tomado pela emoção, mais do que pelo bom senso, sentiu-se atingido e aprovou em segundo turno, em ambiente de dramática "vigília cívica", um texto ruim do ponto de vista jurídico e desastroso do ponto de vista econômico. Quando disse que a Constituição teria "cheiro de amanhã", teve a sensação que passou a ter cheiro de **day after**.

E a aprovação, sem acordos prévios, dificultará o verdadeiro trabalho de expurgo do texto inicial daquelas conotações ideológicas contrárias à Nação e que poderão levar o Brasil ao caos econômico. E os acordos até agora realizados são notoriamente insuficientes para consertar o pesadelo econômico.

Dois homens ilustres, no passado, são aqueles que estão levando o País, no presente, à exacerbação dos piores indicadores de sua vida econômica e social.

Esta é a razão pela qual mister se faz a volta ao bom senso. É necessário que o Dr. Ulysses diga de que forma a nova Consti-

tução poderá evitar o desestímulo à poupança (aumento da carga tributária), ao investimento (tratamento discriminatório e desestimulador à atuação de capitais e aumento de encargos sociais) e ao trabalho (redução de idade para aposentadoria, redução das horas de trabalho etc.).

Dizia Roberto Macedo, com a franca ironia que caracteriza todas as suas manifestações, que será muito bom ser aposentado e principalmente aposentar-se cedo, mas tais aposentados terão que ser suportados pelos "trouxas que ainda trabalharão".

Como os Constituintes não fizeram contas, à evidência, deram direitos em nível de Suécia, mas correm o risco de tratarem os "trouxas que trabalham" em nível de Uganda.

Se o Dr. Ulysses não indicar de que forma poderá evitar o aumento da carga tributária, atrair investimentos, gerar poupanças internas, diminuir a máquina do Estado para permitir que tais direitos sejam concedidos, a Constituição lembrará o célebre diálogo entre Hegel e um seu aluno: lembrado pelo discípulo que entre as suas idéias e os fatos havia um profundo abismo, ele respondeu olímpicamente: "Pior para os fatos."

Por outro lado, é mister que o Dr. Sarney tenha a coragem, que não teve até agora, de exercer a Presidência, reduzindo sensivelmente o tamanho da máquina administrativa, mesmo em tempos de eleição, para que o déficit público seja reduzido.

É necessário principalmente que, agora mais do que nunca, o futuro do País seja discutido entre os dois chefes dos dois Poderes, na tônica do bom senso, assessorados por juristas e economistas, visto que, apesar de homens preparados, os conhecimentos de Direito e Economia não estão entre os seus maiores predicados.

Se mantido o texto constitucional como está, a crise econômica que gerará será de tal ordem que temo por aquilo pelo que os povos mais lutam, que é a Democracia, posto que a História sempre demonstrou que, nas grandes crises econômicas, políticas e sociais, tal aspiração universal é frô muito frágil e precível.

Que haja diálogo, bom senso, assessoria adequada, projeções reais, para que o povo saiba quanto o onerará a futura lei suprema. Que os números, mais do que a retórica, demonstrem quanto custará para o Brasil a nova Constituição.

Ives Gandra da Silva Martins é professor titular de Direito Econômico da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie e Presidente da Academia Internacional de Direito e Economia.